

A BIBLIOTECA MARECHAL RONDON E A DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA ETNOLÓGICA

Rodrigo Piquet Saboia de Mello¹

Resumo

O artigo apresenta a disseminação de informações de natureza etnológica pela Biblioteca Marechal Rondon – Museu do Índio/Fundação Nacional do Índio, o contexto histórico de seu surgimento e a emergência das novas ferramentas informacionais que permite o acesso ao acervo à distância. Devido às especificidades da coleção bibliográfica e a importante relação que a instituição tem com a sociedade brasileira e, em particular, com os povos indígenas, a biblioteca adquire uma especificidade única enquanto responsável pela disponibilização de informações etnológicas sobre e para os povos originários do Brasil. As informações disponíveis na instituição também são responsáveis pela divulgação das culturas indígenas, assim como também sobre outros aspectos de natureza etnológica. Dentre as ações de divulgação, serão destacadas as bases de dados e a biblioteca virtual do Museu do Índio, assim como o trabalho realizado pelo Marechal Rondon, patrono da biblioteca. A metodologia empregada foi a pesquisa de natureza bibliográfica e como conclusão é possível afirmar que a instituição tem realizado a contento o objetivo de prover informações sobre a temática indígena.

Palavras-chave: Povos indígenas. Questão indígena. Informação. Biblioteca Marechal Rondon. Museu do Índio.

1 INTRODUÇÃO

A Biblioteca Marechal Rondon tem o início das suas atividades no ano de 1953, efeméride de criação do Museu do Índio/Fundação Nacional do Índio – MI/FUNAI. (Rua das Palmeiras, 55 - Botafogo, Rio de Janeiro-RJ). Sua missão, enquanto unidade de informação, eram a salvaguarda e disseminação de informações de natureza etnológica, sendo um dos setores da instituição que teria o papel de cumprir a missão institucional para qual o Museu do Índio foi criado.

A concepção do Museu do Índio e de sua biblioteca teve grande repercussão na mídia impressa da época, o que sinaliza para a importância que teve a sua inauguração. Vejamos uma reportagem da época contendo o

¹ Servidor público estatutário Museu do Índio/Fundação Nacional do Índio. Doutorando do PPGCI – IBICT/UFRJ. *E-mail:* rodrigopiquetuff@hotmail.com
R. Bibliomar, São Luís, v. 16, n. 2, p. 29-43, jul./dez. 2017.

subtítulo “Biblioteca de dez mil volumes” quando da inauguração sobre o acervo bibliográfico do Museu:

A biblioteca do Museu, que foi denominada “General Rondon”, em homenagem ao grande indianista brasileiro, possui cerca de dez mil volumes especializados em etnologia brasileira, os quais ficarão à disposição dos estudiosos em questões indígenas. (INAUGURADO..., 1953, p. 15).

A coleção bibliográfica já apresentava uma quantidade de vulto para uma biblioteca recém-criada, ainda mais especializada em etnologia indígena brasileira. Deste modo, revelou esforços e acuidade na importância na futura disseminação de informações sobre os povos indígenas. Outro fato insólito é a denominação da biblioteca: quando da inauguração no ano de 1953, Rondon ainda era General, se tornando Marechal somente dois anos depois, no ano de 1955.

Enquanto instituição de salvaguarda da cultura material dos povos indígenas e de informações para esses povos, é possível vislumbrar que as ações empreendidas pelos profissionais que lutavam pela causa indígena representaram uma importante tarefa no sentido de dar visibilidade a povos aliados dos processos políticos e, em muitos casos, desconhecidos de boa parte da sociedade brasileira.

Este artigo abordará como o indigenismo oficial realizado pelo Estado brasileiro se desdobrou na materialidade de repertórios que hoje constituem os acervos depositados no Museu do Índio. Ainda neste sentido:

Ou seja, é preciso atentar para as operações e mediações que transformaram cadernetas de campo, notas esparsas, fotografias e outros registros necessários ao desempenho das funções da Comissão em “acervos” que “registram” e “contam” uma história e preservam uma dada memória dos indigenismo. Cabe indagar o lugar de oficiais, do próprio Rondon e posteriormente de antropólogos, bibliotecários e museólogos, nesse processo. (MACIEL, 2017, p. 272).

Neste artigo, será abordada, a responsabilidade social junto aos povos indígenas que o Museu do Índio realizou, desde a sua criação, em um papel de protagonismo e modernizante. Em seguida, será efetuada uma breve explanação sobre aquele que nomina a biblioteca: o Marechal Rondon e será discorrido um pouco da sua importância para a política indigenista e para a sobrevivência dos povos indígenas. Por fim, serão apresentadas as bases de

dados do Museu do Índio, com destaque para a criação da biblioteca virtual, que representa uma importante ferramenta de divulgação das culturas indígenas.

2 MUSEU DO ÍNDIO E SUA DOCUMENTAÇÃO

O Museu do Índio foi inaugurado em 19 de abril de 1953, data de comemoração do Dia do Índio Americano. O surgimento da instituição foi uma consequência das atividades realizadas pela Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que vinha desenvolvendo a documentação dos povos indígenas assistidos pela agência estatal indigenista nos anos de 1940. Como explana Darcy Ribeiro (1962, p. 169):

O Museu do Índio foi montado, em todos os seus detalhes, com a ambição de suscitar sentimentos de simpatia pelos índios, de solidariedade para com suas dramáticas dificuldades de acomodação ao mundo estranho que levamos cada vez mais perto de suas aldeias, e de compreensão dos seus comoventes esforços para resolver, a seu modo, os problemas essenciais de tôdas as sociedades humanas.

A concepção do Museu do Índio, naquele tempo, era inovadora, buscando aproximar as populações que habitavam na cidade a obter um melhor entendimento da realidade indígena. O próprio Darcy Ribeiro tinha como lema para o Museu do Índio ser uma instituição, por definição, contra o preconceito e Rondon tinha o entendimento que uma “nova instituição daria maior brilho às comemorações do Dia do Índio.” (FREIRE, 2009, p. 113).

Em 1967, após problemas na organização do Estado, em virtude do momento turbulento do país e as diversas denúncias de corrupção, a Ditadura Militar (1964-1985) resolveu extinguir o SPI. Em substituição, foi criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), na qual o Museu do Índio ficou sob a responsabilidade da nova instituição indigenista do Estado Brasileiro. Na contemporaneidade, o Museu do Índio é a instituição científico-cultural da FUNAI e tem sob sua guarda a documentação histórica do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), Fundação Brasil Central (FBC) e da Comissão Rondon (CR), documentação esta que traduz a relação do Estado brasileiro para com a maioria dos povos indígenas em território nacional.

Em números absolutos, nos últimos inventários realizados na instituição, os acervos são constituídos, aproximadamente, por: 18.026 peças etnográficas,

19.341 publicações nacionais e estrangeiras especializadas em Etnologia indígena e áreas afins, 76.821 registros audiovisuais e 833.221 documentos arquivísticos textuais de valor histórico. Soma-se aos acervos mencionados, a documentação nos dias de hoje produzida a partir dos registros realizados no âmbito do Programa de Documentação de Línguas e Culturas indígenas (PROGDOC), desenvolvido pelo Museu do Índio, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e os povos indígenas. Ainda é possível destacar que:

As peculiaridades encontradas em cada um dos povos indígenas e, conseqüentemente, nos acervos culturais do Museu do Índio, representam a diversidade cultural brasileira e a dos próprios povos indígenas. Pela ação realizada hoje na instituição, é possível que muitos povos indígenas possam recontar a sua história, estabelecendo paralelos entre as ações do presente com o passado, construindo assim um futuro melhor para estes povos. (MELLO; SOUZA, 2015, p. 16).

A documentação hoje acumulada possui uma história de muitos revezes e de quase perda devido às sendas percorridas pelos acervos que contavam as ações da política indigenista do Estado. Os acervos ainda, em muitos momentos, foram alvo de especulações de natureza política. Vejamos:

Em 16 de junho de 1967, um incêndio destruiu sete andares do edifício do Ministério da Agricultura, em Brasília, transformando em cinzas arquivos administrativos, filmes, mapas, gravações e artefatos depositados na sede do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Na época, o incêndio “suspeito” foi tido por algumas personalidades como criminoso, uma ‘queima de arquivo’, já que ocorrera após a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito do SPI pelo Ministro do Interior, General Albuquerque Lima. (FREIRE, 2011, p. 11).

Outro fator também de destaque na consolidação da documentação de natureza etnológica abrigada no Museu do Índio foram as dificuldades orçamentárias que enfrentou a instituição. Como relatado na imprensa da época numa nota intitulada “Rondon fez isto”:

Rondon foi várias vezes biografado, inclusive por Roquete Pinto, Amílcar A. Botelho de Magalhães, Clóvis Gusmão, Bandeira Duarte e outros. Mas as obras não são encontradas nas bibliotecas do Serviço de Proteção aos Índios, **nem no Museu do Índio** e muito menos no Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Motivo: falta de verba para aquisição dos livros. (MOREL, 1958, p. 16, grifo nosso).

Ainda sobre o problema bibliográfico e documental, boa parte da documentação esteve praticamente perdida, tendo sido necessários esforços

para recuperar documentos dispersos em regiões do país, com ações de recolhimento nas então denominadas Administrações Regionais da FUNAI por profissionais do Museu do Índio. Em meados dos anos de 1970, há a criação do Centro de Documentação Etnológica (CDE), que seria o responsável pela construção deste repositório de documentos.

O chamado CDE realizou a organização dos documentos produzidos pelo Estado, na época do SPI. A partir desse trabalho, foi possível a promoção de desdobramentos do trabalho indigenista, como na execução de políticas de demarcação de terras indígenas e na comprovação da presença de indígenas em diversas regiões do território brasileiro.

Logo, para a recuperação parcial da história do Estado para com os povos indígenas, era necessária a busca nas unidades descentralizadas de atuação da política indigenista. Deste modo:

Mais tarde, durante a ditadura militar, já com a Funai, o Museu do Índio, mediante o esforço de Carlos Moreira Neto, resgatou grande parte do material etnográfico, etno-histórico e administrativo, na forma de relatórios, fotografias, mapas e croquis que ainda restavam nas velhas inspetorias do SPI, espalhadas pelo Brasil (pois um incêndio criminoso havia destruído quase todo o arquivo do SPI em 1967). Esse é o material com o qual muitas terras indígenas foram posteriormente reconhecidas e legalizadas, sem o qual não haveria provas suficientes para comprová-las. (GOMES, 2009, p. 183).

Cabe destacar que as ações de recolhimento realizadas pelas unidades da FUNAI pelo país afora também contou com a presença de profissionais do Museu do Índio, que atuavam na Biblioteca Marechal Rondon. Na realização desse trabalho, não podemos nos esquecer da atuação da bibliotecária Maria de Pompéia Araújo Lima, então Chefe da Biblioteca Marechal Rondon. Sua atuação na organização da biblioteca e no recebimento de material arquivístico foi importante para a disseminação de informações produzidas no tempo do SPI e significou a perenidade dos registros realizados pela política indigenista em tempo outrora.

Ainda cabe destacar o engajamento que a instituição Museu do Índio teve nos últimos sessenta anos de existência e na relação de cooperação com os povos indígenas:

A instituição museal - que tem como principal objetivo a luta contra o preconceito e a disseminação de informações acerca dos povos indígenas - tem grandes desafios pela frente a fim de cumprir o seu papel enquanto parceira dos povos indígenas. Um deles será garantir a

articulação com os índios num trabalho permanente de diálogo e cooperação. (PIQUET, 2012/2013, p. [3]).

Ou seja, o papel de disseminar informações sobre os povos indígenas representa uma ação de mitigação no sentido de dirimir dúvidas sobre a situação de grupos não hegemônicos, muitas vezes distantes das grandes cidades brasileiras, assim como também para garantir que sejam respeitadas as especificidades culturais de tais grupos.

3 A ODISSEIA DO MARECHAL RONDON

Patrono das Comunicações, desbravador de sertões nunca antes vistos, pacificador dos povos indígenas, hábil negociador em contendas internacionais: Cândido Mariano da Silva Rondon, mais conhecido como Marechal Rondon, carrega diversos adjetivos que o faz uma das principais personalidades do século XX no Brasil.

É importante, desde o primeiro momento da odisseia do Marechal Rondon, trazer à tona a dinâmica que a sua trajetória estabeleceu e a importância de seu contato com os povos indígenas que viviam nos sertões do Brasil:

Até sua chegada aqueles índios estiveram entregues ao seu próprio destino, defendendo-se contra uma sociedade dotada de recursos infinitamente superiores que crescera como uma tormenta sobre os territórios tribais. Até então a só existência dos índios numa região era motivo de inquietação e clamor. E quando acrescia uma circunstância qualquer, como a valorização econômica das terras que ocupavam, ou de si próprios como mão-de-obra, era a condenação. (RIBEIRO, 1958, p. 16).

Se, antes, os povos indígenas estavam entregues à própria sorte, com a atuação de Rondon se efetivou a presença do Estado brasileiro e de uma sistemática da instituição indigenista idealizada por ele que tinha por dever a proteção aos povos indígenas.

Independente das problematizações que podem advir da presença do Estado nas regiões habitadas por indígenas pelo país, o legado de Rondon foi de fundamental importância para que, hoje, tenhamos políticas públicas de proteção a esta parcela da população. Atualmente, em território brasileiro, há mais de duzentos povos indígenas, diversas terras indígenas devidamente

demarcadas pela FUNAI e uma das maiores diversidades culturais do mundo. Neste sentido:

Desde a morte de Rondon, as mudanças que ocorreram na política indigenista brasileira não alteraram o lugar central dos quatro princípios básicos rondonianos. Hoje, a política de assistência do Estado Nacional busca o contato pacífico com os índios, respeitando as suas culturas, conforme determina a atual Constituição, enquanto procura assegurar aos povos indígenas a posse de suas terras. (FREIRE, 2009, p. 126).

E quais eram os quatro princípios básicos instituídos por Rondon? O primeiro e, talvez, o mais emblemático de seu feito foi “Morrer, se preciso for, matar jamais”, que representa o ideário de respeito aos povos indígenas. Se, antes de Rondon, havia o império da agressão injusta, após Rondon, os povos indígenas começaram a ser compreendidos como integrantes da população brasileira e que sua cultura deve ser respeitada e preservada.

O segundo princípio de Rondon era o respeito às etnias indígenas como povos independentes. Ou seja, eles possuem os direitos de viverem da maneira como bem entenderem, com sua religiosidade e seu modo de vida específico, não estando sujeitos a compulsões de qualquer natureza ou em nome de princípios alienígenas.

O terceiro princípio, este de fundamental importância para a sobrevivência material dos povos indígenas, é a garantia aos índios da posse das terras que habitavam e que são tão necessárias à sua sobrevivência. Tal princípio norteou toda a ação indigenista, ao longo do século XX, pelo Estado brasileiro, tanto no SPI quanto nos tempos atuais, pela FUNAI.

O último princípio é assegurar a proteção direta do Estado aos povos indígenas. Esta ação não deve ser entendida como um ato de caridade ou de favor, mas como um direito que lhes assiste (RIBEIRO, 1958), devido à relação assimétrica existente com a sociedade envolvente.

Ou seja, da relação assimétrica entre povos indígenas e a dita civilização, Rondon se baseava num ideário humanitário ímpar quando da entrada em localidades que nunca haviam sido pisadas por um agente estatal. Deste modo, impôs a um grupo de pioneiros que adentrou pelo território brasileiro uma ação responsável e de humanização nas relações entre grupos distintos que habitariam o mesmo território.

A iniciativa de Rondon acabou resultando numa ação indigenista de proteção do Estado brasileiro, seja realizada pelo SPI, seja pela FUNAI. Assim, devido ao sucesso de sua empreitada, quando da inauguração do Museu do Índio, a biblioteca também foi inaugurada fazendo homenagem à sua pessoa.

Outro fator, também de destaque para a história de Rondon com a biblioteca que leva o seu nome, é que muitas publicações bibliográficas que se encontram na coleção são de autores com dedicatória para o patrono das comunicações, como é conhecido pelo Exército brasileiro. Assim, presume-se que parte da coleção inicial de dez mil volumes foi uma doação do Marechal para a recém-criada instituição.

4 BASES DE DADOS E BIBLIOTECA VIRTUAL: ferramentas em prol dos povos indígenas

Nesta última seção, serão realizadas algumas reflexões sobre as ferramentas de disseminação de informações etnológicas presentes no Museu do Índio, atualmente. Desde já, é possível afirmar que tais instrumentos garantem um efetivo acesso aos repositórios informacionais existentes na instituição. Num primeiro momento, será discutida a evolução das bases de dados no Museu e, por fim, a pioneira implementação da biblioteca virtual, com uma breve problematização deste conceito.

A primeira base de dados utilizada no Museu do Índio foi o Ortodocs, posto em funcionamento ainda no ano de 1996. Sua aquisição foi destinada à indexação e catalogação de acervos bibliográficos, iniciando a sua informatização. Com a experiência do processamento técnico da coleção bibliográfica da Biblioteca Marechal Rondon, outras iniciativas foram tomadas de modo a dilatar a base de dados para os demais acervos institucionais, como os acervos museológico e arquivístico. Todavia, a base de dados, com o transcorrer do tempo e com as novas demandas de informações, mostrou-se ineficaz. Isto porque não foi possível realizar iniciativas de customização, aliado ao alto custo de manutenção. Diante da necessidade de ampliar seu sistema de informação e diminuir os custos operacionais com a base de dados, o Museu do Índio, em 2007, substituiu a base de dados Ortodocs pelo PHL - *Personal Home Library*.

O mundo hodierno proporcionou aos diversos espaços museais novas possibilidades e grandes desafios na gestão, no acesso e na divulgação dos acervos das instituições. Dentre tais possibilidades, podem ser incluídas a criação de sistemas informatizados para catalogação e gestão dos acervos em museus. Neste contexto, está em funcionamento, no Museu do Índio, a base de dados PHL –, que tem como objetivo principal disponibilizar os acervos institucionais num sistema em linha.

Ou seja, qual é o real alcance que a base de dados adquire quando disponibilizada na rede mundial de computadores? Significa que qualquer interessado sobre os repositórios depositados no Museu do Índio podem ser acessados em qualquer lugar do mundo. Isto representa um campo significativo de possibilidades para que pesquisadores e, principalmente, os próprios povos indígenas possam utilizar informações para a efetivação de direitos e para promover discussões sobre a chamada questão indígena.

Também cabe destacar que, ao se abordar as bases de dados existentes em museus, também há de se esmiuçar qual é o significado da informação produzida no âmbito dos museus. Neste sentido:

A informação em Museus situa o encontro entre Ciência da Informação e Museologia, sobretudo e em especial, na informação enfocando, assim, tanto, coleções (armazenadas, expostas, representadas e/ou citadas em edições etc.) quanto a elementos e espaços. Ambos se referem às múltiplas disciplinas que se conectam ao campo sob os efeitos das relações quer das aplicações disciplinares, quer da interdisciplinaridade e, ainda, da multidisciplinaridade, expressando tipologias que, de forma geral, caracterizam os múltiplos modos pelos quais se apresentam os museus. É do processo de identificação descritiva a que são submetidas variadas coleções, elementos e espaços, tanto sob o aspecto formal como da relação contextual agregando numerosas fontes de referência, que se originam os catálogos dos acervos museológicos. (LIMA; COSTA, 2007, p. 6).

Assim, a informação produzida em museus possui uma peculiaridade única, em virtude da produção multifacetada em que se caracteriza a produção museológica. Ao se tratar de informação de natureza etnológica disseminada em museus etnográficos que conta com uma biblioteca especializada no assunto, as particularidades são mais presentes, pois configuram novos desafios na relação sujeito-objeto existentes, ou seja, o usuário que consulta seus acervos são sujeitos da história da produção documental do seu tempo.

A ação empreendida em prol dos povos indígenas deve estar ancorada em práticas documentárias que permita compreender as especificidades dos povos indígenas, assim como também ao desafio posto na realização do serviço de referência na instituição. O atendimento realizado a esta parcela da sociedade brasileira deve estar atento aos problemas políticos e sociais que enfrentam, podendo, assim, estabelecer conexões e propostas que venham empoderar as informações para que estejam melhor disponíveis.

Além da ferramenta informacional hoje posta em linha, que é o PHL, o Museu do Índio tem realizado, nos últimos tempos, novas estratégias de disponibilização do seu acervo. Dentre as estratégias realizadas, vale citar a criação da Biblioteca Virtual Marechal Rondon. Por meio deste novo instrumento de pesquisa, os usuários já podem consultar remotamente diversas coleções de grande importância para e sobre os povos indígenas. Em sequência, será explanada uma conceituação de biblioteca virtual para a compreensão do alcance da tecnologia disponível:

A **biblioteca virtual** é conceitualizada como um tipo de biblioteca que, para existir, depende da tecnologia da realidade virtual. Neste caso, um *software* próprio acoplado a um computador sofisticado reproduz o ambiente de uma biblioteca em duas ou três dimensões, criando então um ambiente de total imersão e interação. (MARCHIORI, 1997, p. 15, grifo nosso).

A definição de biblioteca virtual supracitada pode ser expandida quando da experiência na Biblioteca Marechal Rondon. Isto porque não há a necessidade da instalação de *software* no computador para acessá-lo, mas somente o acesso à conectividade proporcionada pela rede mundial de computadores, ou seja, a internet.

A própria autora da definição aqui exposta faz uma *mea culpa* em um artigo ulterior sobre a complexidade do consenso sobre o conceito em discussão, avançando na discussão quando aborda o fenômeno da biblioteca virtual como um modelo de poligamia. Ainda:

Os conceitos de bibliotecas e repositórios digitais são razoavelmente complexos e, portanto, de difícil consenso. Comumente, se reconhece como “bibliotecas digitais” (ou bibliotecas virtuais) as coleções de versões eletrônicas de um *corpus* de literatura publicada e tornada disponível através de uma rede interconectada de computadores, ou; como uma “poligamia” de documentos, tecnologia e serviços. (MARCHIORI, 2012, p. 14).

Uma coleção de significância que está disponível em ambiente *web* é a Coleção Comissão Rondon, que contém os relatórios produzidos em áreas indígenas quando da realização das expedições telegráficas pelo interior do Brasil. Ainda é possível destacar as seguintes coleções que perfazem a biblioteca virtual: os livros editados pelo Museu do Índio, as teses e dissertações, os periódicos da instituição, as publicações do Museu do Índio, como boletins e catálogos, o Relatório Figueiredo, que trata de crimes cometidos quando do Serviço de Proteção aos Índios e o acervo SPI, que contém a documentação arquivística da instituição indigenista.

Ainda se faz importante mencionar que esta discussão sobre a chamada Era Digital ainda é recente. Isto porque novos modelos informacionais foram criados com o objetivo de facilitar a comunicação humana e a velocidade com que se desenvolvem as tecnologias de informação e comunicação (TIC). Todavia, a dinâmica não acompanha os trabalhos de reflexão. Logo, o digital encontra-se no início de sua trajetória.

A interconexão mundial de computadores - a extensão do ciberespaço - continua em ritmo acelerado. Discute-se a respeito dos próximos paradigmas de comunicação multimodal: táteis, auditivas, permitindo uma visualização tridimensional interativa, as novas interfaces com o universo dos dados digitais são cada vez mais comuns (LÉVY, 1999, p. 24).

Quando se levanta a discussão sobre o universo digital, que se abriu nas últimas duas décadas, não é possível se esquecer que os problemas da documentação, ou melhor dizendo, na organização do conhecimento ainda se mostram presentes, fazendo com que os profissionais da informação encontrem um grande desafio em buscar saídas que signifiquem um atendimento mais eficaz a usuários e demais estratos sociais que venham a utilizar a biblioteca, em especial, os povos indígenas. Neste mesmo sentido:

Como sabemos, o aumento exponencial da literatura por um lado e a diversidade de demandas de informação por outro, incentivou e, até mesmo, provocou ao longo do tempo o desenvolvimento de estudos e pesquisas no campo da organização do conhecimento e da representação da informação. Instrumentos, métodos e técnicas de tratamento da informação se proliferaram. Atualmente, com a introdução das novas tecnologias de comunicação e informação, o problema do tratamento da informação, em sua essência continua o mesmo. O que passa a ser diferente são as novas dimensões das atividades de coleta, arquivamento, busca e acesso à informação/conhecimento. Continuam a ter especial interesse o

desenvolvimento de instrumentos métodos e técnicas direcionadas a solucionar os aspectos cognitivos, operacionais e práticos de tratamento da informação. (SOUZA, 2000, p. 3).

O tratamento de informações de natureza etnológica produzida pelo Estado brasileiro, como o acervo bibliográfico custodiado no Museu do Índio, também necessita de novas soluções que venham atender parcelas díspares que tenham interesse na temática indígena e nos problemas sociais decorrentes da situação assimétrica existente entre esta parcela da sociedade brasileira e forças contrárias à manutenção de seus territórios, ou seja, do seu existir.

5 CONCLUSÃO

A primeira lição que devemos ter, ao abordar a temática indígena, é a importância que a documentação tem para esta parcela vulnerável da sociedade brasileira. Por meio dos seus documentos e de publicações que versem sobre a sua realidade que os povos indígenas serão lembrados por pesquisadores, agentes públicos e pela sociedade em geral.

Neste sentido, o Museu do Índio, tendo a Biblioteca Marechal Rondon como promotora de ações de disseminação de informações sobre a temática indígena, toma para si medidas de magnitude ao garantir a salvaguarda de coleções e de subsídios a ações mais qualificadas e de maior alcance sobre os povos indígenas.

A base de dados e a biblioteca virtual, à disposição para qualquer interessado sobre a temática indígena, também representa um avanço no processo de democratização do acesso às informações públicas disponível por uma instituição do Estado brasileiro. Cabe destacar, conforme mencionado, que o Museu do Índio realizou uma ação pioneira, ainda nos anos 1990, de disponibilização de informação em linha na rede mundial de computadores.

Esta iniciativa da instituição antecipou a discussão que, em tempos atuais, está em voga de transparência e não opacidade da informação pública (JARDIM, 2008). Quando da implementação da Lei de Acesso à Informação, no ano de 2011, o Museu do Índio já tinha uma *expertise* e ferramentas tecnológicas para o atendimento das demandas que estavam por vir.

Por fim, o caminho ainda é de muito trabalho, no campo fértil que é a documentação. Modernas iniciativas, como a biblioteca virtual, significam que novas veredas estão por se abrir, indicando que a informação produzida sobre os povos indígenas e a disseminação de informações etnológicas possui fôlego para que atinja sempre novos estratos sociais ainda não alcançados na sociedade brasileira.

THE LIBRARY MARECHAL RONDON AND A DISSEMINATION OF INFORMATION OF AN ETHNOLOGICAL NATURE

Abstract

The article written here will aim to contribute to the dissemination of information by the Library MarechalRondon- Museu do Índio / Fundação Nacional doÍndio. Due to the specificities of the bibliographic collection and the important relation that the institution has with the Brazilian society and, in particular, with the indigenous peoples, the library acquires a unique specificity as responsible for the availability of ethnological information about and for the native peoples of Brazil. The information available at the institution is propagating about indigenous cultures, as well as other ethnological aspects. Among the publicity actions will be highlighted the databases and the virtual library of the Museum of the Indian, as well as the work done by MarechalRondon. The methodology used was the research of a bibliographical nature and as a conclusion it is possible to affirm that the institution has fulfilled the objective of providing information on the indigenous theme.

Keywords: Indigenous Peoples. Indigenous issue.Information. Biblioteca Marechal Rondon. Museu do Índio.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org.). **Memória do SPI:** textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2011.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Rondon:** a construção do Brasil e a causa indígena. Brasília, DF: Abravídeo, 2009.

GOMES, Mércio Pereira. Por que sou rondoniano. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 65, p. 173-191, 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10446/12174>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

INAUGURADO ontem o Museu do Índio: vasta coleção de material sobre silvícolas brasileiros à disposição dos etnólogos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 21 abr. 1953. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/23785?pesq=Museu do Índio](http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/23785?pesq=Museu%20do%20Índio)>. Acesso em: 02 abr. 2018.

JARDIM, José Maria. A face oculta do Leviatã: gestão da informação e transparência administrativa. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v. 59, n. 1, p. 81-92, jan./mar. 2008.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIMA, Diana Farjalla Correia; COSTA, Igor F. R. Ciência da informação e museologia: estudo teórico de termos e conceitos em diferentes contextos – subsídios à linguagem documentária. In: CIFORM, 7., 2000, Salvador. **Anais...** Salvador: Instituto de Ciência da Informação, Escola Politécnica, UFBA, 2007. Não paginado. 1 CD.

MACIEL, Laura Antunes. Sobre centenários, memórias e testemunhos da Comissão Rondon: pontos para reflexão. **Projeto História**, São Paulo, v. 58, p. 270-297, jan./mar. 2017.

MARCHIORI, Patricia Zeni. Bibliotecas digitais e repositórios de objetos de armazenagem. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 13-21, maio/ago. 2012.

MARCHIORI, Patricia Zeni. “Ciberteca” ou biblioteca virtual: uma perspectiva de gerenciamento de recursos de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 26, n. 2, p. 12-25, 1997.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de; SOUZA, Rosale de Mattos. As novas configurações político-institucionais do Estado brasileiro: demandas de acesso à informação para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de 2014 a 2015. **RACIn**, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 34-52, jul./dez. 2015.

MOREL, Edmar. Rondon, o marechal injustiçado. **O Semanário**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 95, p. 16, 5 fev. 1958. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/149322/1473?pesq=Museu do Índio](http://memoria.bn.br/DocReader/149322/1473?pesq=Museu%20do%20Índio)>. Acesso em: 02 abr. 2018.

PIQUET, Rodrigo. 60 anos Museu do Índio: uma instituição contra o preconceito. **Museu ao Vivo**, Rio de Janeiro, ano 25, n. 40, p. [3], nov. 2012/set. 2013.

RIBEIRO, Darcy. **O indigenista Rondon**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura – Serviço de Documentação, 1958.

R. Bibliomar, São Luís, v. 16, n. 2, p. 29-43, jul./dez. 2017.

RIBEIRO, Darcy. **A política indigenista brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura – Serviço de Informação Agrícola, 1962.

SOUZA, Rosali. Fernandez de. A classificação como interface da internet.
DataGramZero – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 1-6, ago. 2000.